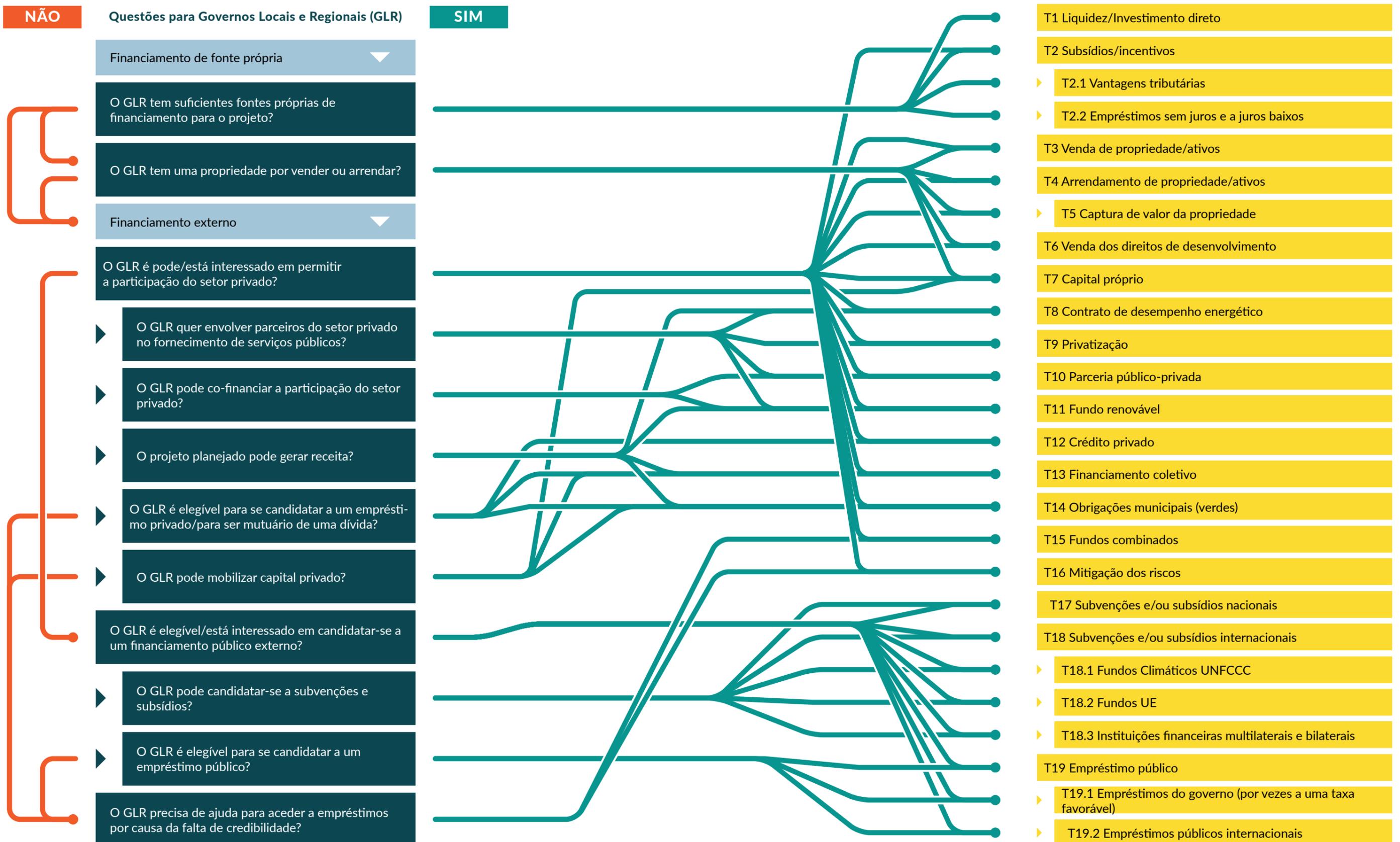


ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO



Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que os ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Este é um resumo da estrutura do processo de tomada de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 1: LIQUIDEZ/INVESTIMENTO DIRETO

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Receita de fonte própria do governo local

Definição

Quando o governo local tem poupanças e liquidez suficientes, ele pode usar dinheiro em vez da emissão da dívida para financiar projetos. É muito comumente usado nos casos em que o projeto é pequeno, os patrocinadores do projeto têm acesso limitado à dívida, os governos locais estão a aproximar-se dos seus limites de débito ou quando há proibições de uso da dívida¹.

Vantagens

Usar o próprio dinheiro é o modo mais rápido e fácil para assegurar o financiamento e evitar o custo acrescido de juros, sendo por isso menos dispendioso do que emprestar.

Desvantagens

Usar a própria liquidez como investimento principal também significa correr um alto risco e perder todas as poupanças.

Estudos de casos

Apenas muito poucos governos locais têm a capacidade de financiar projetos com investimento direto. Normalmente o financiamento é uma mistura de diferentes ferramentas e vem de diferentes fontes.

¹ Infrastructure Financing: A Guide for Local Government Managers, University of Nebraska at Omaha, 2017

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 2: SUBSÍDIOS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Receita de fonte própria do governo local

Definição

Um subsídio é uma forma de ajuda ou apoio financeiro dado a um setor econômico (ou instituição, negócio ou pessoa) geralmente com o objetivo de promover uma política econômica e social¹. Os subsídios vêm em diversas formas, incluindo: direta (subvenções pecuniárias, empréstimos sem juros) e indireta (incentivos fiscais, seguro, empréstimos de juro baixo, amortizações, abatimentos de renda).^{2,3}

Os subsídios mais usados pelos governos locais são:

- Subsídio orientado para o produtor: O governo local pode fornecer um subsídio ao investidor ou prestador de serviços, tais como proporcionar uma tarifa especial por usar energia renovável;
- Subsídio orientado para o consumidor: O subsídio pode ser concebido para influenciar o comportamento dos consumidores, por exemplo subsidiando a compra de carros elétricos.

Vantagens

Os subsídios fazem parte do plano de despesas do governo local. O governo local controla os beneficiários e as condições/entregas associadas.

Como forma de subvenção, é o incentivo mais direto que um governo local pode usar para “incentivar” ou promover a implementação da política.

Desvantagens

Os recursos públicos são normalmente limitados. Este instrumento não é suficiente para financiar projetos de infraestrutura de grandes dimensões.

Os economistas do mercado livre também argumentam que os subsídios distorcem desnecessariamente os mercados, evitando resultados eficientes e redirecionando os recursos de usos mais produtivos para usos menos produtivos.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.ifo.de/DocDL/dice-report-2016-4-kemfert-december.pdf>
- <https://www.economicshelp.org/blog/19041/economics/solutions-for-declining-industries/>
- <https://www.livemint.com/budget/expectations/farmers-may-get-interest-free-loans-premium-free-insurance-1548764098831.html>

1 Myers, N.; Kent, J. (2001). Perverse subsidies: how tax dollars can undercut the environment and the economy. Washington, DC: Island Press. ISBN 1-55963-835-4.

2 Collins Dictionary of Economics”. Recuperado 05/09/2013.

3 Is That a Good State/Local Economic Development Deal? A Checklist (2014-06-03), Naked Capitalism

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 2.1: SUBSÍDIOS/ VANTAGENS FISCAIS PARA QUEM DESENVOLVE O PROJETO

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Receita de fonte própria do governo local

Definição

Há várias “ferramentas de vantagem fiscal” que os governos locais podem usar para atrair aqueles que desenvolvem projetos sustentáveis.

- **Isenção temporária de impostos:** Isenção temporária para uma nova empresa ou investimento de certos impostos específicos, normalmente pelo menos do Imposto sobre o Rendimento das Sociedades. Por vezes, os requisitos administrativos também são dispensados, como a necessidade de apresentar declarações fiscais.
- **Zonas especiais:** Áreas geograficamente limitadas, onde as empresas qualificadas podem se instalar e, por conseguinte, beneficiar da isenção de vários tipos de impostos e/ou requisitos administrativos.
- **Créditos fiscais:** Um crédito fiscal é um incentivo fiscal que permite a certos contribuintes subtrair o valor do crédito do total que devem ao Estado. Créditos fiscais podem ser usados como incentivadores para encorajar comportamentos como o investimento ou a parentalidade. Um crédito fiscal reduz diretamente faturas fiscais, ao contrário das deduções e isenções fiscais, que reduzem indiretamente as faturas fiscais ao diminuírem a dimensão da base (por exemplo, um rendimento de contribuinte ou valor de propriedade), a partir do qual a fatura fiscal é calculada. Créditos Fiscais por Investimento (ITC) e Créditos Fiscais à Produção (PTC) são dois tipos de créditos habitualmente usados para estimular o investimento em projetos de sustentabilidade.
- **Crédito Fiscal por Investimento:** Dedução de uma certa fração de um investimento da obrigação fiscal. As regras são diferentes relativamente aos créditos excessivos (créditos em excesso da obrigação fiscal) e incluem a possibilidade de serem perdidos, transitados ou reembolsados.
- **Prêmio ao investimento:** Dedução de uma certa fração de um investimento dos rendimentos tributáveis (para além da desvalorização). O valor de um prêmio é o produto do prêmio e da taxa fiscal. Ao contrário de um crédito fiscal, o seu valor varia nas empresas, a não ser que haja uma taxa fiscal única. Além disso, o valor é afetado pelas alterações da taxa fiscal, com um corte fiscal a reduzi-lo.
- **Desvalorização acelerada:** Desvalorização mais rápida do que disponível para o resto da economia. Isto pode ser implementado de várias maneiras, incluindo subsídios de desvalorização mais altos no primeiro ano ou taxas de desvalorização aumentadas. Os pagamentos de impostos em condições normais não são afetados, mas o seu valor líquido presente é reduzido e a liquidez das empresas melhora.

- **Créditos Fiscais ao Produto (PTC)** baseia-se na quantidade e qualidade do produto de um projeto sustentável, tal como a energia renovável gerada por ano. O governo pode definir a percentagem da base do imposto, dependendo da tecnologia empregada. Este método motiva os investidores a manter o bom desempenho do projeto sustentável ao longo do tempo.
- **Taxas de imposto reduzidas:** Redução de uma taxa de imposto, normalmente do imposto sobre o rendimento das sociedades.
- **Isenções de vários impostos:** Isenção de certos impostos, frequentemente aqueles cobrados na fronteira, como as tarifas, impostos e Iva sobre os bens importados.
- **Incentivos financeiros:** Reduções nas taxas de impostos que se aplicam aos fornecedores de fundos, p. ex., menos impostos de retenção sobre dividendos.
- **Desvalorização acelerada** pode ter o efeito de reduzir o rendimento tributável do criador em anos anteriores, e assim, permitir um melhor reembolso do investimento do capital próprio. O governo pode emitir uma política fiscal para permitir a desvalorização de uma base fiscal de valor extra¹.

Vantagens

A tributação é um incentivo flexível que o governo pode usar para motivar o bom comportamento com investimento limitado. Ao estruturar a política fiscal, os investidores são direcionados para um tipo de projeto preferido, a tecnologia. Crédito Fiscal por Investimento (ITC) e Créditos Fiscais ao Produto (PTC) são usados com sucesso em muitos países da OCDE como uma medida eficaz para apoiar o desenvolvimento das energias renováveis. Essas políticas fiscais privilegiadas não apenas encorajam o investidor privado a desenvolver projetos ecológicos, como também garantem o desempenho a longo prazo e mantêm atualizada a tecnologia aplicada.

Desvantagens

Os governos não podem oferecer condições de tributação favoráveis sem primeiro tributar os cidadãos para obter o dinheiro. Isso significa que os subsídios vêm com o custo oculto da tributação. Por último, os contribuintes terão de pagar impostos mais altos, de modo a financiarem os programas de subvenções do governo.

Estudos de casos

- <https://www.nytimes.com/2018/11/13/business/economy/amazon-hq2-va-long-island-city-incentives.html>
- <https://www.euki.de/wp-content/uploads/2018/09/fact-sheet-incentives-for-electric-vehicles-no.pdf>

1 John Wang, Renewable energy Projects: Tax-Exempt and other Tax Advantaged Financing, Orrick

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 2.2: SUBSÍDIOS SEM JUROS E EMPRÉSTIMOS A JUROS BAIXOS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Receita de fonte própria do governo local

Definição

O mutuário não paga juros ou paga juros baixos.

No caso de uma bonificação de juros, o valor da bonificação é o valor do juro poupado pela empresa destinatária durante o período de investigação¹.

Vantagens

Os empréstimos bonificados são empréstimos baratos, ajudam sempre a liquidez e não forçam a empresa a focar-se no reembolso financeiro.

Desvantagens

Isto, bem como os subsídios em geral, criam dependência e não podem ser um plano financeiro a longo prazo.

Estudos de casos

- <https://www.invest-in-bavaria.com/en/info-centre/good-to-know/subsidies.html>

¹ <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:1998:394:0006:0019:EN:PDF>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 3: VENDA DE PROPRIEDADE/ATIVOS DO GOVERNO LOCAL

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Ativos do governo local

Definição

A venda de propriedades ou ativos do governo local pode proporcionar financiamento para o desenvolvimento da infraestrutura. Porém, as vendas de propriedades exigem um enquadramento legal coerente e fidedigno, instituições fortes e direitos de propriedade claramente definidos e aplicáveis (Banco Mundial, 2013).

Os valores das propriedades urbanas são criados, em parte, pelo investimento público. Eles refletem o valor capitalizado para aceder a redes de estrada, de abastecimento de água, escolas e outros serviços possibilitados pelo investimento municipal.

As vendas de propriedades com base em licitações podem ser particularmente eficazes em países onde falta uma avaliação sistemática das propriedades.

Vantagens e utilização

As vendas de propriedades podem incentivar o desenvolvimento sustentável da infraestrutura na ausência de maiores enquadramentos de políticas que obrigam a um desenvolvimento sustentável de infraestruturas.

A venda de propriedades municipais pode sustentar o financiamento de infraestruturas por um período de tempo mais prolongado. Em países onde todas as propriedades urbanas pertencem ao setor público, a propriedade é de longe o ativo mais valioso no balancete municipal. É frequentemente o ativo municipal mais valioso sob outros regimes fundiários.

Há várias formas de aumentar os valores da propriedade urbana, mas a venda de propriedade ou de direitos de propriedade tem a vantagem de produzir receitas rapidamente e é mais fácil de gerir do que os melhoramentos nos impostos, os planos de reajuste da propriedade ou a tributação de propriedade universal.

Além disso, a propriedade urbana municipal não é um ativo estático. Pode ser 'criado' pela expansão da área urbana em zonas rurais na orla urbana. Um gestor de ativos legalmente autorizado pode também adquirir propriedade adicional dos utilizadores atuais para o redesenvolvimento urbano ou para a construção de autoestradas e aeroportos. Pode depois vender novamente parte da propriedade depois do seu valor ter sido aumentado pelo investimento público.

Mesmo sem melhoramentos públicos, a urbanização e o crescimento econômico tendem a subir os preços das propriedades, acrescentando o valor da propriedade que consta dos balancetes locais.

Desvantagens

Os recursos da propriedade são limitados e são um fluxo de rendimento único. Como norma geral, as vendas de ativos deste tipo têm sido vistas como um expediente de financiamento temporário e os peritos fiscais alertaram as cidades para não se tornarem dependentes das vendas de ativos como fonte significativa ou contínua de financiamento de capital¹.

Estudos de casos/literatura sugerida

- [Local Government Best Practice Guideline for the Sale, Exchange & Transfer of Land](#)
- <http://knowledge.ckgsb.edu.cn/2014/09/03/policy-and-law/the-role-of-land-sales-in-local-government-financing-in-china/>
- LAND LEASING AND LAND SALE AS AN INFRASTRUCTURE-FINANCING OPTION George E. Peterson¹ World Bank Policy Research Working Paper 4043, novembro de 2006

¹ LAND LEASING AND LAND SALE AS AN INFRASTRUCTURE-FINANCING OPTION George E. Peterson¹ World Bank Policy Research Working Paper 4043, novembro de 2006

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 4: LOCAÇÃO DE PROPRIEDADE/ATIVOS DO GOVERNO LOCAL

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Ativos do governo local

Definição

Muitos governos locais são “pobres em dinheiro, risco em terrenos”. Têm uma autonomia fiscal limitada e/ou pequenos orçamentos. Não obstante, eles controlam explorações substanciais de terrenos e propriedades urbanizadas que não precisam para uso público agora ou no futuro próximo. Os ativos que o governo local pode usar como fontes de financiamento incluem terrenos e infraestruturas existentes, tais como instalações de água e de energia.

Para além da venda direta de uma propriedade ou ativo, (ver ferramenta 3 venda de propriedade), as propriedades ou infraestruturas existentes (p. ex. infraestruturas de água e de energia) podem ser arrendadas a um preço aos promotores e/ou operadores do setor privado. Os arrendamentos são acordos de locação entre o proprietário do terreno ou de uma infraestrutura (neste caso uma cidade ou uma entidade do setor público) e o promotor da propriedade ou operador do ativo (normalmente uma empresa). A receita resultante pode ser usada como capital inicial para custos antecipados relacionados com investimentos públicos de infraestrutura¹.

Vantagens

O arrendamento de terrenos pode incentivar a participação do setor privado sem atender aos requisitos usuais de liquidez do setor privado para participar de projetos. É também mais barato do que suportar custos de empréstimo.

Desvantagem

A evidência sugere que os arrendamentos de propriedades devem ser primeiramente usados para impulsionar novas infraestruturas associadas a um plano de utilização da propriedade da cidade, de modo a evitar o risco de um desenvolvimento ineficiente ou subutilizado da infraestrutura (p. ex. desenvolvimento que não cumpre as necessidades locais ou que não está localizado onde estão os potenciais utilizadores). Os enquadramentos dos arrendamentos e o fluxo de receitas associado devem estar sistematicamente ligados aos planos de utilização das propriedades da cidade. Neste contexto, os arrendamentos poderão ter de ser complementados por impostos e taxas para pagar a manutenção e expansão do fornecimento do serviço da infraestrutura. (Banco Mundial 2013)

Estudos de casos/literatura sugerida

- [https://content.next.westlaw.com/Document/I5c7c3570097b11e798dc8b09b4f043e0/View/FullText.html?transitionType=CategoryPageItem&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true&bhcp=1](https://content.next.westlaw.com/Document/I5c7c3570097b11e798dc8b09b4f043e0/View/FullText.html?transitionType=CategoryPageItem&contextData=(sc.Default)&firstPage=true&bhcp=1)
- Land leasing and land sale as an infrastructure-financing option, The World Bank, 2006

¹ Financing the Transition: Sustainable Infrastructure in Cities, WWR& Long Finance, março de 2015

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 5: VENDA DE PROPRIEDADE/ATIVOS DO GOVERNO LOCAL

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Propriedade ou ativos do governo local

Definição

A venda dos direitos de desenvolvimento é uma fonte importante de financiamento de infraestruturas em algumas partes do mundo. A aplicação deste instrumento significa que as cidades separam a posse dos terrenos do direito de desenvolvimento contínuo dessa propriedade, e vendem o direito ao desenvolvimento contínuo dentro de uma certa área. A venda dos direitos de desenvolvimento pode ser estruturada de várias formas, desde padrões de densidade simples até licitações complexas. A melhor abordagem num certo ambiente depende da capacidade e dos recursos do município emissor.

Os requisitos para aplicar a venda dos direitos de desenvolvimento incluem:

- A combinação da cultura, lei e força administrativa tem de ser tal que os direitos de desenvolvimento podem ser excluídos.
- Tem de haver uma suficiente procura de mercado para um desenvolvimento adicional na posição onde os direitos serão atribuídos.
- A lei tem de incluir disposições que permitem às cidades criar e vender direitos de desenvolvimento adicionais.
- A cidade tem de ter um plano abrangente atualizado para a gestão do crescimento e da infraestrutura.
- A cidade tem de ter uma infraestrutura administrativa adequada¹.

Vantagens

A venda dos direitos de desenvolvimento pode ser usada para gerir e limitar o crescimento, assim como para encorajá-lo.

Desvantagens

A venda dos direitos de desenvolvimento através de licitações abertas pode impedir que as famílias de rendimentos baixos e moderados possam adquirir esses direitos, limitando assim a sua capacidade em investir no seu terreno.

Estudos de casos/literatura sugerida

MTR Corporation Limited

A MTR é um sistema público de arrendamento gerido pelo governo. Permite à MTR direitos exclusivos em locações de terrenos a longo prazo com 50-70 anos controladas pelo governo, e direitos de desenvolvimento associados acima e adjacentes às estações. A MTR divide as grandes parcelas arrendadas do governo em parcelas menores, que são propostas aos promotores do setor privado dentro de um competitivo processo de licitação. Os preços refletem o valor aumentado devido à estação de trânsito. A MTR é um dos poucos lugares no mundo onde uma agência de trânsito obtém lucros. O lucro vem em grande parte do sucesso do desenvolvimento do mercado imobiliário, que é visto como um resultado da acessibilidade que vem com a provisão do trânsito.

¹ Land-based Finance for Local Governments, UN-Habitat 2016

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 6: CAPTURA DE VALOR DA PROPRIEDADE

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Recursos do setor privado impulsionados pela política de propriedades/ativos dos governos locais

Definição

A regulamentação, planejamento ou investimento público podem aumentar o valor das propriedades. Por exemplo, o melhoramento das infraestruturas rodoviárias aumenta o valor dos terrenos nos subúrbios. “Up-zoning”, isto é, alterar uma área para um desenvolvimento e uso comercial mais intenso, vai aumentar a procura dessas áreas, aumentando assim o seu valor. Captura de valor da propriedade (LVC) permite ao setor público participar financeiramente nesse aumento de valor¹. A LVC funciona sempre que as pessoas percebem o valor que estão dispostas a pagar. As pessoas pagam muitas vezes um valor mais alto por uma casa, quando os acessos aos destinos desejados por essas pessoas são bons. Por outras palavras, o dinheiro é um reflexo do valor criado pela acessibilidade melhorada, e a acessibilidade torna a propriedade mais produtiva. Esta subida de valor devido à melhor acessibilidade varia em função das circunstâncias locais.

Os existentes métodos LVC tendem a focar-se em desenvolvimentos específicos ou numa tributação ou imposto geral. O primeiro é uma abordagem baseada no desenvolvimento e o segundo é uma abordagem baseada na tributação. A maior parte dos métodos, porém, inclui elementos de ambas as abordagens e, por isso, é frequentemente difícil de categorizá-los num ou noutro.

As atuais abordagens LVC têm uma visão muito mais equilibrada de como o valor deve ser partilhado e captado. E isso não se resume a desbloquear novas fontes de financiamento, mas também a criar uma ligação muito mais forte entre os ativos, o financiamento e os utilizadores². Faz, por isso, sentido que o lucro extra criado pelo trânsito seja partilhado entre a agência que fornece o trânsito, isto é, o contribuinte e os proprietários do terreno. Por conseguinte, é preciso explorar o potencial para desbloquear este valor extra através de uma parceria entre o setor público e o setor privado.

Vantagens

Quando há uma colaboração adequada entre o promotor do setor privado e o setor público, o mecanismo de captura de valor da propriedade pode:

- Apoiar o crescimento económico que se pretende alcançar de um modo ecologicamente sustentável;
- Construir regiões urbanas mais competitivas e uma maior qualidade de vida para os seus residentes e negócios.
- Construir comunidades sustentáveis mais saudáveis.
- Reduzir o custo de vida.

Para além dos benefícios em termos de financiamento público, muitos autores sublinham que a captura de valor da propriedade também pode ajudar a melhorar a eficiência económica dos investimentos municipais, contribuir para a igualdade social e servir como uma ferramenta para a gestão do crescimento urbano e o controle do preço dos terrenos, bem como para diminuir a incerteza aos promotores privados sobre o prazo da aprovação do projeto e provisão da infraestrutura³.

Desvantagens

Não é fácil liberar e depois captar este valor acrescentado. A implementação dos métodos LVC no governo local exige abordar os seguintes desafios:

- Aceitação do princípio de LVC e dos benefícios

Tem de haver, em princípio, uma aceitação de todos os intervenientes chave em como a LVC é uma ferramenta útil que pode contribuir para o financiamento futuro da infraestrutura de trânsito e para o sucesso a longo prazo dessa infraestrutura.

- Vontade de mudar e agir

A aplicação dos métodos LVC requer frequentemente a alteração de algumas visões e políticas tradicionais, e uma vontade em trabalhar através de fronteiras não tradicionais com parceiros que podem ter diferentes valores e objetivos. Isso requer o desenvolvimento de modelos de entrega em colaboração com os principais interessados.

- Colaboração entre acionistas do setor público e privado

Qualquer método LVC bem-sucedido requer colaboração. Tem de desenvolver fortes relações de trabalho com os municípios, os níveis sênior do governo e o setor privado. Isso deve ser trabalhado em dois níveis - fóruns estratégicos e disposições de trabalho relacionadas com projetos e locais específicos.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.befs.org.uk/wp-content/uploads/2017/05/Edinburgh-City-Region-Land-Value-Capture-analysis-v2.1.pdf>
- Francesca Romana Medda and Marta Modelewska: Land value capture as a funding source for urban investment, 2011
- <https://blogs.adb.org/blog/transforming-cities-land-value-capture>
- https://www.london.gov.uk/sites/default/files/land_value_capture_report_transport_for_london.pdf
- <https://todresources.org/blog/hudson-yards-a-value-capture-case-study/>

1 Kamiya, Marco 2016: New solutions to close the gap on municipal finance

2 <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2017/05/funding-wisely-unlocking-urban-transit-with-land-value-capture.html>

3 The Potential of Land Value Capture for financing urban projects, Inter-American Development Bank, 2017

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 7: CAPITAL PRÓPRIO

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Recursos do setor privado impulsionados pela locação de propriedades dos governos locais ou a compra de capital social

Definição

Capital próprio é a diferença entre o valor dos ativos e o valor dos passivos de uma propriedade. Em alternativa, o capital próprio pode também referir-se ao capital social da sociedade. Neste caso, o valor do capital social depende das futuras perspectivas económicas da sociedade.

Vantagens

- Encargo menor: Com o financiamento de capital próprio, não há empréstimo a reembolsar, o que é particularmente importante quando o projeto não tem um mecanismo de produção de receitas.
- Deixa de haver emissões de crédito: Se o governo local não tiver credibilidade, o capital próprio pode ser preferível ou mais adequado do que o financiamento da dívida.
- Aprender e ganhar com os parceiros: O capital próprio cria novas parcerias e ligações.

Desvantagens

- Partilhar lucro: Os investidores esperam ter uma parte do lucro. No entanto, isso pode ser um negócio vantajoso, se tirar partido da perspicácia empresarial e experiência que eles trazem como financiadores.
- Partilhar controle: Os investidores podem querer controlar o projeto.
- Potencial conflito: Partilhar a propriedade e ter de trabalhar com outros pode levar a alguma tensão e até mesmo a conflito, se houver visões, estilos e modos diferentes de gerir a empresa¹.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.investeurope.eu/about-private-equity/private-equity-in-action/>

¹ <https://www.thehartford.com/business-insurance/strategy/business-financing/equity-financing>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 8: CONTRATO DE DESEMPENHO ENERGÉTICO (EPC)

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Recursos do setor privado impulsionados pelo contrato

Definição

Um EPC é um contrato, onde a rede de serviços é acordada e o prestador de serviços é capaz de garantir um valor mínimo de poupança de energia e/ou sustentabilidade. Uma Empresa de Serviços Energéticos (ESCO) implementa um pacote de serviços de energia adaptado, que consiste do planejamento, construção, operação e manutenção, otimização, compra de combustível, (co)financiamento e comportamento do utilizador¹.

Vantagens

- Este modelo pode ser adequado aos municípios que não têm capacidades financeiras e técnicas, uma vez que oferece uma abordagem “sem risco, sem investimento”, em que o município não tem de subir os custos antecipados, a não ser que assim o queira. Os contratos EPC podem garantir uma certa porcentagem de poupança, sendo o risco assumido pela ESCo; se o desempenho garantido não for alcançado, a ESCo devolve o pagamento ao governo local.
- Pouparam-se os custos pela manutenção durante o período contratual e existe a garantia em como a ESCo – participando na partilha da poupança – vai manter o sistema na sua melhor performance.
- Este modelo pode trazer os conhecimentos especializados e esclarecer a viabilidade do projeto, aumentando a capacidade de mercado.
- Os municípios menores podem ligar a municípios vizinhos com necessidades similares, de modo a envolver uma única ESCo que agregue projetos similares, para baixar os custos de transação e facilitar o financiamento.

Desvantagens

- Desde que o prazo contratual seja suficientemente longo para obter o reembolso à ESCo (por exemplo, 7 anos) e inclua serviços de manutenção, o governo local compromete-se com esse período de tempo com o ESCo.
- O modelo pode não ser aplicado em locais que não disponham de um potencial ambiente, como é o caso dos países emergentes. Os municípios podem ter de fornecer garantias bancárias ou estatais.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://eumayors.eu/news-and-events/news/1512-new-case-study-vantaa,-finland-esco-procurement-for-energy-renovation-of-municipal-buildings.html>
- <https://enerpower.ie/esco-case-studies/>
- http://open_jicareport.jica.go.jp/pdf/11826047.pdf
- https://www.mm.dk/pdffiles/CITIES100_2016.pdf

¹ Standard EPC documents , European Energy Service Initiative, 2010

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 9: PRIVATIZAÇÃO

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Impulsionar o investimento do setor privado através de serviços de terceirização

Definição

A forma mais comum de privatização em governos locais ocorre quando o governo contrata fornecedores de serviços do setor privado, com fins lucrativos ou não lucrativos, para prestar serviços públicos individuais, tais como manutenção de estradas, serviços de custódia, manutenção de frotas e operações e manutenção de sistemas de água¹.

Vantagens

A privatização impulsiona a economia local, é uma base fiscal, ou seja, as empresas privadas sob contrato com o governo pagam impostos aos cofres do governo e oferecem emprego às comunidades. As empresas privadas que operam sob contratos com o governo têm fortes incentivos para prestarem serviços com desempenho.

A privatização também promove melhorias na empresa através da competição. Quando uma entidade estatal é privatizada, ela perde a sua proteção governamental e é forçada a adaptar-se ao mercado, fornecendo serviços ou produtos melhores para sobreviver e crescer.

Desvantagens

A privatização de certas entidades, como da água e da eletricidade, pode criar monopólios únicos. Isso poderá fazer subir os preços em detrimento do consumidor que não tem controle.

O governo perde dividendos após a privatização, como se viu com a maior parte das empresas bem-sucedidas que se desenvolveram mediante a privatização. Esses dividendos são, em vez disso, canalizados para indivíduos abastados².

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://hbr.org/1991/11/does-privatization-serve-the-public-interest>
- https://www.jstor.org/stable/4165457?seq=1#page_scan_tab_contents

¹ <https://reason.org/policy-brief/local-government-privatization-101/>

² <https://www.enotes.com/homework-help/advantages-disadvantages-privatization-airlines-455874>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 10: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Depende do tipo de PPP; mistura de público e privado

Definição

Uma disposição cooperativa normalmente a longo prazo entre uma ou mais entidades públicas e uma organização privada, onde há uma alocação de riscos entre os dois parceiros. O objetivo desta relação é usar as políticas e os regulamentos públicos para potencializar o financiamento do setor privado, que receberá os pagamentos da entidade pública para fornecer um serviço definido.

Vantagens

As PPP permitem aos municípios aceder ao financiamento e aos conhecimentos técnicos, e se beneficiar da eficiência operacional, ao mesmo tempo que transferem os riscos do desempenho e da tecnologia para o setor privado.

Desvantagens

- O modelo tem custos de transição relativamente altos.
- Se uma das partes sentir que está a perder algum do controle, podem tentar adotar mais regras e regulamentos através do processo em vez de trabalharem em conjunto
- Diferentes atores trabalham com diferentes ordens cronológicas: organização sem fins lucrativos a longo prazo, organizações com fins lucrativos a curto prazo, ordem cronológica da agência governamental é muito influenciada por eleições.
- As cidades de pequenas e médias dimensões podem enfrentar dificuldades em aceder a estes dispositivos.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.thebalancesmb.com/public-private-partnership-types-845098>
- https://www.pppinindia.gov.in/toolkit/pdf/case_studies.pdf
- <https://www.ishackproject.co.za/>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 11: FUNDO RENOVÁVEL

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Mistura de fontes próprias e do setor privado

Definição

Fundo renovável é um fundo para fins específicos com o conceito de que os reembolsos para o fundo podem ser usados novamente para os mesmos fins.

Vantagens

- Uma vez implementado, o modelo de fundo renovável pode ser autossustentável.
- Os reembolsos podem ser usados para financiar projetos adicionais.
- Um fundo renovável desenvolve a capacidade do mercado.
- Não há limite anual fiscal.
- Os fundos renováveis podem fornecer uma solução para locações quando estamos perante um mercado de crédito público/municipal subdesenvolvido, quando o gestor de fundos é qualificado e há a capacidade de assinar contratos plurianuais.

Desvantagens

- Pode ser difícil recuperar custos operacionais nos primeiros anos.
- Os períodos de reembolso podem ser longos (normalmente 5-8 anos ou ainda mais).
- O Fundo pode variar de ano para ano devido às fontes financeiras mobilizadas e ao retorno de investimentos.

Estudos de casos/literatura sugerida

- Innovative financing schemes, Lessons learnt from the Covenant of Mayors Community, 2019
- https://www.microfinancegateway.org/sites/default/files/mfg-en-paper-community-managed-revolving-fund-feb-2008_0.pdf

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 12: EMPRÉSTIMO DO SETOR PRIVADO

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Financiamento externo/ fontes do setor privado

Definição

Empréstimos comerciais são concedidos por bancos privados e outras instituições financeiras (p. ex. empresas de seguros, fundos de pensão). Por definição, um empréstimo é concedido em troca de um futuro reembolso de seu valor juntamente com juros ou outros encargos financeiros. Um empréstimo pode ser para um valor específico único ou pode ser disponibilizado como uma linha de crédito aberta até um limite especificado ou teto.

Vantagens

Uma grande vantagem em usar este tipo de financiamento externo é o fato dele permitir financiar projetos que o próprio governo local não conseguiu financiar. Os empréstimos também podem ser usados para fazer compras de equipamentos que envolvem muito capital, de modo a facilitar o crescimento que o governo local não conseguiria proporcionar de outro modo.

Desvantagens

Para pedir empréstimos, a credibilidade é normalmente uma pré-condição.

Não se pode também esquecer que os credores esperam o retorno do seu investimento. O juro é acrescido ao custo geral do investimento e pode transformar o financiamento externo num fardo financeiro, que inicialmente não estava previsto.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://siepr.stanford.edu/research/publications/risky-business-bank-loans-local-governments>
- Guidelines on Local Government Borrowing and Recent Developments in NALAS countries, 2011

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 13: FINANCIAMENTO COLETIVO

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Financiamento externo/ fontes do setor privado

Definição

Financiamento coletivo é uma fonte alternativa de receitas para os governos locais. É guiado pelo princípio de que os cidadãos podem investir voluntariamente um determinado valor financeiro num projeto proposto.

Vantagens

- Particularmente adequado ao financiamento de pequenos projetos
- Meio rápido para arrecadar fundos sem comissões antecipadas
- Ótimo para testar a reação pública à ideia do projeto
- Permite frequentemente financiar mesmo aquelas ideias que podem não chamar a atenção dos investidores convencionais
- Os investidores podem transformar-se em clientes fiéis

Desvantagens

- Exige muito trabalho conseguir a confiança e o interesse
- Não há garantias de que o objetivo de financiamento exigido seja alcançado
- Se os projetos falham, a reputação pode ser prejudicada

Estudos de casos/literatura sugerida

- <http://climate-adapt.eea.europa.eu/metadata/case-studies/ghent-crowdfunding-platform-realising-climate-change-adaptation-through-urban-greening>
- <http://dx.doi.org/10.1787/b3f7a1c5-en>
- http://pocacito.eu/sites/default/files/BikeLane_Denver.pdf
- www.bettervest.com
- <https://thesunexchange.com/>
- <https://www.fedgroup.co.za/ventures/impact-farming>
- <http://www.m-akiba.go.ke/index.php>
- <https://www.fsdafrica.org/knowledge-hub/blog/the-story-of-kenyas-m-akiba-selling-treasury-bonds-via-mobile>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 14: TÍTULOS MUNICIPAIS (VERDES)

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Financiamento externo impulsionador das fontes do setor privado

Definição

Uma obrigação verde é uma obrigação especificamente destinada a ser usada em projetos climáticos e ambientais. São frequentemente verificados por um terceiro, que certifica que a obrigação vai financiar projetos que incluem benefícios para o ambiente. Os títulos (verdes) podem ser emitidos pelas instituições financeiras do desenvolvimento (p. ex. Banco Mundial, Banco do Investimento Europeu), bancos comerciais, estado/municipalidades ou corporações (p. ex. SNCF). Com base nisso, os governos locais têm duas opções para beneficiar dos títulos verdes:

- Emitir títulos (verdes) próprios

O emissor de um título municipal recebe um preço de compra em dinheiro no momento da emissão em troca de uma promessa de reembolso aos investidores de compra ou respetivos cessionários, (o titular do título) ao longo do tempo. Os períodos de reembolso podem ter apenas alguns meses (apesar de ser muito raro) e ir até 20, 30 ou 40 anos, ou ainda mais. O emissor usa normalmente procedimentos de uma venda de título para pagar projetos de capital ou para outros fins que não pode ou quer pagar imediatamente com fundos à mão.

- Alinhar planos de investimento com outros emissores

Vantagens

- Os títulos verdes podem melhorar a reputação de um emissor - provando o seu compromisso para com o crescimento ecológico e desenvolvimento sustentável. Os governos podem querer fazer uma declaração política e demonstrar o seu compromisso com certos objetivos ambientais (p. ex. combater as alterações climáticas) e/ou objetivos de sustentabilidade (p. ex. estimular o crescimento verde ou mudar para uma economia verde).
- Os títulos verdes dotam os emissores de melhores acessos a um conjunto específico de investidores globais que podem ter mandatos para investir em negócios verdes/sustentáveis. Atrair novos investidores é frequentemente um benefício importante da emissão de um título verde e muitos títulos verdes emitidos até a data relatam que são sobrecarregados.
- A emissão de títulos verdes pode criar uma nova procura no mercado - as emissões nacionais de títulos ajudam a reforçar e, em alguns casos, a criar mercados de capital nacionais.

Desvantagens

- O necessário trabalho preliminar (definição institucional, verificação): leva tempo e custa dinheiro.
- Muitas vezes, os regulamentos nacionais determinam se um governo local pode emitir títulos ou não.
- Para que os títulos municipais sejam bem-sucedidos no mercado, o processo de gestão tem de ser extremamente detalhado, estruturado, competente e diligente.
- Os títulos (verdes) normalmente financiam projetos de infraestrutura grandes e de capital intensivo (verdes), tais como projetos energeticamente eficientes, de trânsito ou de energia renovável, entre outros, que podem ser reembolsados a partir de fluxos de dinheiro estáveis, modestos e a longo prazo.

Estudos de casos/literatura sugerida

- http://sustainia.me/resources/publications/Cities100_2015.pdf
- https://www.youtube.com/watch?v=_wPnciVnRwo
- <https://www.youtube.com/watch?v=i3glJrABLSc>
- <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/green-bond-principles-gbp/>
- https://www.greenbondpledge.com/files/files/Green-City-Playbook_2018.pdf
- Municipal Bonds for Infrastructure Development in South Africa, Dr Juergen Goebel, GIZ and SALGA, 2017
- <http://www.capetown.gov.za/media-and-news/Green%20pays%20City>
- <https://www.esi-africa.com/event-news/interview-kevin-jacoby-green-bonds/>
- <http://www.watrafrafrica.co.za/index.php/features/water-usage/102-city-of-cape-town-green-bond>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 15: FUNDOS COMBINADOS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Financiamento externo impulsionador das fontes do setor privado e público

Definição

O termo Fundos combinados implica a mistura de fundos públicos e privados através de um esquema ou acordo comum de investimento, em que cada parte usa os respetivos conhecimentos específicos de forma complementar. O conceito e modelo foram desenvolvidos no âmbito da Iniciativa de Reformulação do Financiamento do Desenvolvimento do Fórum Económico Mundial, que define isso como “a utilização estratégica do financiamento do desenvolvimento e fundos filantrópicos para mobilizar fluxos de capital privado para os mercados emergentes e fronteiriços.” Os Fundos combinados são uma abordagem de estruturação que permite que as organizações com diferentes objetivos invistam lado a lado, ao mesmo tempo que alcançam os próprios objetivos (quer seja o retorno financeiro, o impacto social ou uma mistura de ambos).

As principais barreiras aos investidores privados dos fundos combinados são (i) o elevado risco real e estimado e (ii) os maus retornos pelo risco relativamente a investimentos comparáveis¹.

Os financiadores do desenvolvimento têm usado mecanismo de apoio num pacote de Fundos combinados para atrair e apoiar os investidores do setor privado na gestão de riscos e redução de custos de transação. Estes mecanismos podem ser geralmente classificados como fornecedores de:

- Assistência técnica; ou concedem fundos para suplementar a capacidade dos investidores e dos custos de transação inferiores.
- Subscrição de risco para proteger, total ou parcialmente, os investidores contra o risco da mitigação de risco apropriado
- Incentivos de mercado, pagamentos contingentes garantidos sobre o desempenho da futura afixação de preços e/ou pagamento em troca do investimento antecipado em mercados novos e depreciados.

Vantagens

Os Fundos combinados são uma ferramenta essencial que pode mitigar custos recentes ou riscos do projeto, ajudando a reequilibrar os perfis de risco/recompensa para inovar investimentos e permitir a sua concretização².

Os Fundos combinados melhoram os termos para os mutuários ao prolongar os prazos para os fornecedores de capitais, evitando os riscos associados aos fluxos de capital de curto prazo que os destinatários do capital enfrentam nos mercados emergentes e fronteiriços³.

Desvantagens

- Os fundos combinados são sobretudo disponibilizados aos países com elevadas receitas e um ambiente favorável e forte: mercados financeiros estáveis e bem regulamentados
- São mais atraídos por grandes projetos, onde normalmente são introduzidos tendo por base grandes investimentos (ou garantias) do setor público⁴

Estudos de casos/literatura sugerida

- Blending public and private funds for sustainable development, Richard Samans, World Economic Forum, 2016
- Blended Finance, University of Gallen, 2016

1 <https://www.convergence.finance/blended-finance>

2 https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/CORP_EXT_Content/IFC_External_Corporate_Site/Solutions/Products+and+Services/Blended-Finance

3 Blended Finance Vol. 1: A Primer for Development Finance and Philanthropic Funders, OECD, 2015

4 OECD – GIZ Conference: Closing the gap for water in line with SDG ambitions: the role of blended finance, 4 -5 de outubro de 2018, Eschborn, Alemanha

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 16: MITIGAÇÃO DOS RISCOS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Compromisso de financiamento futuro externo impulsionador das fontes do setor privado e público

Definição

Os mais utilizados mecanismos de mitigação dos riscos são garantias (p. ex., garantias de risco e garantias de crédito), bem como seguros de risco (p. ex., seguro de risco político). Os produtos de garantias e seguros de risco podem cobrir a falha do setor público em satisfazer as obrigações específicas dentro de um projeto. Ao mitigarem riscos cruciais de desempenho do governo para os investidores privados, os produtos de mitigação dos riscos são ferramentas úteis para melhorar a financiabilidade de projetos de infraestrutura¹.

Vantagens

- Maiores oportunidades: através da mitigação dos riscos, o governo local pode agarrar oportunidades no mercado que antes não estavam disponíveis para ele.
- Novas parcerias: benefícios de várias oportunidades de parceria que, de outro modo, não seriam possíveis.

Desvantagens

- Avaliação rigorosa: o ato de beneficiar das ferramentas de mitigação dos riscos é precedido por uma avaliação rigorosa da credibilidade do candidato e de uma análise financeira. Por vezes, este processo torna-se bastante moroso e complicado.
- Considerações financeiras: não é adequado a negócios deficitários.

Estudos de casos/literatura sugerida

- https://www.sida.se/contentassets/95cc74d7ae78433db642fbe82a552138/10201165_guarantee_portfolios_2017_webb.pdf
- Understanding the challenges for infrastructure finance, Torsten Ehlers, 2014

¹ <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/financing/risk-mitigation-mechanisms-products/guarantee-and-risk-insurance-ifs/guarantee-and-risk-i>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 17: SUBVENÇÕES E SUBSÍDIOS NACIONAIS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas do setor público

Definição

Subvenções são fundos não reembolsáveis desembolsados pelo governo ou por instituições de financiamento nacionais. Os critérios de elegibilidade são sempre definidos pelos doadores.

Os tipos de subsídios nacionais e subnacionais são muito semelhantes. Consulte as ferramentas 2; 2.1 e 2.2.

Vantagens

- A grande vantagem do financiamento de subvenções é que não têm de ser devolvidas e normalmente não lhe estão associados custos de financiamento, a não ser que a subvenção exija um cofinanciamento.
- As subvenções nacionais podem ser usadas em locais onde não há capacidade de mercado e credibilidade limitada.

Desvantagens

- As subvenções são limitadas no tempo e nem sempre sustentáveis, assim que o projeto terminar.
- Estão, por norma, disponíveis fundos de subvenções limitados que podem resultar num financiamento parcial.
- As subvenções não são, em muitos casos, impulsionadas pela procura local, e as prioridades locais têm de ser modificadas para aderirem aos requisitos das subvenções.

Estudos de casos/literatura sugerida

- Tilman Buchholz, Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety, EUKN Policy Lab for Spain, Madrid, 2017
- Guide to Municipal Finance, UN-HABITAT, 2009

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 18: SUBVENÇÕES E SUBSÍDIOS NACIONAIS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas do setor público

Definição

Subvenções são fundos não reembolsáveis desembolsados pelo governo ou por instituições de financiamento internacionais. Os critérios de elegibilidade são sempre definidos pelos doadores.

Os subsídios internacionais são majoritariamente usados pela União Europeia, embora seja importante referir que os subsídios são geridos diretamente pelos governos nacionais da UE, e não pela Comissão Europeia¹. Relativamente aos tipos de subsídios, consulte as ferramentas 2; 2.1 e 2.2.

Vantagens

- A grande vantagem do financiamento de subvenções é que não têm de ser devolvidas e normalmente não lhe estão associados custos de financiamento, a não ser que a subvenção exija um cofinanciamento.

Desvantagens

- As subvenções são limitadas no tempo e nem sempre sustentáveis, assim que o projeto terminar.
- Estão, por norma, disponíveis fundos de subvenções limitados que podem resultar num financiamento parcial.
- As subvenções não são, em muitos casos, impulsionadas pela procura local, e as prioridades locais têm de ser modificadas para aderirem aos requisitos das subvenções.
- As oportunidades de subvenções são normalmente anunciadas através de apresentação de propostas e pode ser difícil perceber a arquitetura financeira, recolher informação e encontrar a subvenção mais adequada ao projeto.
- A submissão de um pedido de subvenção é moroso e pode até exigir competência externa.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.dw.com/en/e-u-farm-subsidies-a-billion-euro-business/av-49793666>
- <https://www.thegef.org/topics/gefsgp>
- <https://www.adaptation-fund.org/apply-funding/>

¹ https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/how-eu-funding-works/types-funding_en#subsidies

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 18.1: FUNDOS CLIMÁTICOS UNFCCC

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas do setor público

Definição

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas estabeleceu um Mecanismo Financeiro para fornecer fundos aos países em desenvolvimento ao implementar a Convenção.

A operação do Mecanismo Financeiro delegada ao Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e ao Fundo Verde do Clima (GCF), na qualidade de entidades operacionais.

Para além disso, as Partes estabeleceram quatro fundos especiais: o Fundo Especial para as Alterações Climáticas (SCCF), o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF), geridos pelo GEF e o GCF; e o Fundo de Adaptação (AF).

Estes fundos climáticos multilaterais usam sobretudo subvenções e empréstimos concessionais.

Vantagens

Estes fundos destinam-se a conseguir um equilíbrio entre a adaptação e a mitigação, tendo em conta as estratégias dos países e as prioridades e necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, considerando a necessidade de recursos públicos e baseados em subvenções para adaptação.

Desvantagens

- Estes fundos não estão acessíveis, ou raramente acessíveis, diretamente aos governos locais, mas sim através dos governos nacionais ou entidades acreditadas.
- Associado a elevados custos administrativos.
- Processos de candidatura complexos e longos.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://unfccc.int/topics/climate-finance/the-big-picture/introduction-to-climate-finance>
- <https://www.thegef.org/>
- <https://www.thegpsc.org/>
- <https://www.greenclimate.fund/home>
- <https://www.adaptation-fund.org/>
- <https://climatefundupdate.org/>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 18.2: FUNDOS UE

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas do setor público

Definição

A UE e a Comissão Europeia apoiam uma ampla gama de programas de financiamento, cobrindo as oportunidades de financiamento, bem como conselhos sobre como aceder ao financiamento e colocá-lo em prática.

Há dois compromissos políticos principais para enquadrar e moldar a política urbana:

- A **Agenda Urbana para a UE** foi lançada em maio de 2016 com o Pacto de Amsterdã¹. Representa um novo método de trabalho de múltiplos níveis que promove a cooperação entre os Estados-Membros, as cidades, a Comissão Europeia e outros interessados, de modo a estimular o crescimento, habitabilidade e inovação nas cidades da Europa e para identificar e enfrentar com sucesso os desafios sociais.
- Além disso, no **período de programação 2014-2020**, a dimensão urbana está também no coração da Política Regional. Pelo menos 50 % dos recursos do Fundo do Desenvolvimento Regional Europeu (ERDF) para esse período será investido em áreas urbanas e cerca de 10 milhões de Euros serão diretamente alocados a estratégias integradas para o desenvolvimento urbano sustentável. Para além dos Fundos Estruturais, também há outros programas e iniciativas que se focam no desenvolvimento urbano.

Vantagens

A UE fornece financiamento a uma ampla gama de projetos e programas, cobrindo diferentes setores e negócios. Projetos de todos os tamanhos podem se beneficiar do financiamento da UE, permitindo a sua implementação e o desenvolvimento de novas ideias. Pode ainda facilitar a colaboração e a aprendizagem entre parceiros por toda a Europa, permitindo que os governos locais possam construir um perfil internacional.

Desvantagens

- Pesquisar as várias oportunidades e navegar no sistema de financiamento da UE pode ser uma tarefa desanimadora.
- Os processos de candidatura podem ser longos e complicados.
- A maior parte dos fundos têm prazo.
- A submissão de um pedido é moroso e pode até exigir competência externa.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.covenantofmayors.eu/support/funding>
- https://europa.eu/european-union/about-eu/funding-grants_en
- <https://www.wheel.ie/funding/guidance/european-funding/getting-started-eu-funding>

¹ <https://ec.europa.eu/futurium/en/content/pact-amsterdam>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 18.3: INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS E BILATERAIS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas internacionais do setor público

Definição

As instituições financeiras multilaterais e bilaterais usam os mesmos instrumentos para canalizar financiamentos como instituições financeiras nacionais, incluindo empréstimos, subvenções, capital próprio e garantias (concessionais).

Pensa-se que os canais bilaterais são fáceis de capturar por interesses pessoais e esse desejo de benefício político é frequentemente reclamado como característica da sua assistência (Verdier, 2008). Presume-se que as agências multilaterais possuem um certo grau de autonomia dos estados que os controlam e financiam, evitando a captura política¹.

Vantagens

O financiamento multilateral e bilateral pode criar parcerias novas e fortes.

Desvantagens

- Os interesses dos doadores bilaterais estão inclinados para ajudar no processo de alocação a favor de considerações estratégicas e políticas.
- Os canais multilaterais são mais seletivos do que os bilaterais.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.ebrd.com/who-we-are/our-donors/bilateral-donors.html>
- <https://unfccc.int/topics/climate-finance/resources/multilateral-and-bilateral-funding-sources>

¹ Bilateral versus multilateral aid channels, Nilima Gulrajani, 2016

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 19: EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas nacionais do setor público

Definição

Por definição, um empréstimo é concedido em troca de um futuro reembolso de seu valor acrescido de juros ou outros encargos financeiros. Um empréstimo pode ser para um valor específico único ou pode ser disponibilizado como uma linha de crédito aberta até um limite especificado ou teto.

Vantagens

Os empréstimos públicos podem ser uma fonte importante de recursos de um governo para financiar a despesa pública e preencher buracos no orçamento.

Uma grande vantagem em usar este tipo de financiamento externo é o facto dele permitir financiar projetos que o próprio governo local não conseguiu financiar. Os empréstimos também podem ser usados para fazer compras de equipamentos que envolvem muito capital, de modo a facilitar o crescimento que o governo local não conseguiria proporcionar de outro modo.

Desvantagens

Para pedir empréstimos, a credibilidade é normalmente uma pré-condição.

Não se pode também esquecer que os credores esperam o retorno do seu investimento. O juro é acrescido ao custo geral do investimento e pode transformar o financiamento externo num fardo financeiro, que inicialmente não estava previsto.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.dmo.gov.uk/responsibilities/local-authority-lending-pwlb/about-pwlb/>
- https://www.muenchen.de/rathaus/wirtschaft_en/business-development/finance-funding.html
- https://www.bmz.de/en/ministry/approaches/bilateral_development_cooperation/approaches/financial_cooperation/index.html
- <https://dced.pa.gov/programs/local-government-capital-project-loan-program-lgcpl/>
- <https://www.eib.org/en/products/lending/loans/index.htm>
- <https://www.adb.org/site/public-sector-financing/financial-products>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 19.1: EMPRÉSTIMO GOVERNAMENTAL

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas públicas

Definição

O governo oferece programas de empréstimo através de diferentes departamentos que apoiam as pessoas, as comunidades e as empresas de acordo com as respetivas necessidades. Estes empréstimos fornecem capital aos que não se qualificam para um empréstimo no mercado aberto. Os empréstimos governamentais são diferentes dos empréstimos privados (ver ferramenta 12) que visam benefícios a longo prazo ao nível social e económico.

Vantagens

Os empréstimos governamentais são normalmente propostos a juros mais baixos comparativamente com os que são propostos por credores privados.

Outros benefícios dos credores governamentais podem incluir juros fixos e bonificados, nenhum controle do histórico de crédito, permitir um pagamento diferido, planos de reembolso flexíveis baseados no rendimento e não há penalizações de pagamentos antecipados.

Desvantagens

Pelo fato dos empréstimos governamentais terem frequentemente condições mais atrativas do que os empréstimos à taxa de mercado, a sua procura pode ser alta e os critérios de seleção podem ser rigorosos. O processo de candidatura pode ser também moroso.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.investopedia.com/articles/investing/100714/introduction-government-loans.asp>
- <https://www.dmo.gov.uk/responsibilities/local-authority-lending-pwlb/about-pwlb/>
- https://www.muenchen.de/rathaus/wirtschaft_en/business-development/finance-funding.html
- https://www.bmz.de/en/ministry/approaches/bilateral_development_cooperation/approaches/financial_cooperation/index.html
- <https://dced.pa.gov/programs/local-government-capital-project-loan-program-lgcpl/>

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta estrutura do processo de decisão de financiamento climático guia os governos locais e regionais por uma série de questões que nos ajudam a considerar diferentes ferramentas de financiamento. Cada ferramenta de financiamento é descrita com vantagens, desvantagens e exemplos de estudos de casos. Tem aqui um resumo da estrutura do processo de decisão e das ferramentas de financiamento disponibilizadas aos governos locais e regionais. <http://www.solutions-gateway.org/show?page=financetool>



FERRAMENTA 19.2: EMPRÉSTIMO INTERNACIONAL

VOLTAR AO INÍCIO

Fonte de financiamento

Fontes externas/internacionais públicas

Definição

As Instituições Financeiras Internacionais (IFI) são estabelecidas por mais do um país e sujeitas ao direito internacional. Os proprietários e acionistas são geralmente governos ou outras instituições internacionais.

As IFI podem referir-se a membros do Grupo do Banco Mundial, tais como a Comunidade Financeira Internacional (IFC); bancos de desenvolvimento regional, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD); Agências de Crédito às Exportações dos governos de países específicos, tais como o Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos (EXIM).

As IFI têm um mandato diferente para credores comerciais. Assumem uma visão a longo prazo relativamente a um investimento e têm mais apetência pelo risco. Estão preparadas para projetos financeiros, para os quais os credores comerciais não estão¹.

A um nível global, os empréstimos fornecidos pelas instituições financeiras internacionais são uma importante fonte de financiamento público, sobretudo para países em desenvolvimento.

Vantagens

As IFI são importantes no financiamento de projetos porque desempenham um papel significativo no apoio a projetos de infraestrutura de grandes dimensões nos mercados emergentes. Podem fornecer um capital crucial e catalisar a participação de outros intervenientes.

As IFI fornecem uma cobertura de risco político para outros credores. Correspondentemente, pode ser tranquilizante para os credores comerciais que investem ao lado das IFI o fato de existirem canais políticos e de as IFI serem capazes de falar diretamente com o país membro, caso surja algum problema ou dificuldade imprevista durante a vida do investimento.

Desvantagens

As IFI usam frequentemente a sua vantagem sobre os governos em países em desenvolvimento para promover os interesses dos seus maiores acionistas e não consideram as prioridades locais.

Aceder a esses empréstimos é complexo e demorado, e normalmente tem de ser feito um acordo entre o país e o banco como condição de acesso a esses fundos.

Estudos de casos/literatura sugerida

- <https://www.eib.org/en/products/lending/loans/index.htm>
- <https://www.adb.org/site/public-sector-financing/financial-products>
- <http://documents.worldbank.org/curated/en/403951468180872451/pdf/Municipal-finances-a-handbook-for-local-governments.pdf>

¹ https://www.lavan.com.au/advice/banking_finance/the_importance_of_international_financial_institutions_in_emerging_market_p

ESTRUTURA DO PROCESSO DE DECISÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Esta publicação foi possível graças ao apoio do projeto Urban-LEDS, fundado pela União Europeia e traduzido em francês, espanhol, português e mandarim graças ao apoio do Mecanismo Ambiental Global (GEF).

A **Plataforma Global para Cidades Sustentáveis (GPSC)**, gerida pelo Banco Mundial, é um mecanismo de apoio abrangente às cidades participantes do Programa Piloto de Abordagem Integrada de Cidades Sustentáveis (SC-IAP) do GEF com o objetivo de:

- Promover e aconselhar uma abordagem melhorada e o método para integrar o planeamento e desempenho urbanos, para orientar estrategicamente as 28 cidades participantes no SC-IAP;
- Capacitar e ligar as cidades participantes e prospetivas num planeamento integrado de sustentabilidade tomando como pontos de partida os seus contextos concretos, barreiras e oportunidades para obter uma integração com um foco nas infraestruturas, políticas, pessoas e investimentos urbanos;
- Permite o acesso a uma vasta gama de ferramentas e conhecimentos existentes relevantes para o planeamento e implementação urbanos integrados que irão apoiar as cidades a proporcionar um planeamento urbano integrado eficaz.

O GPSC foi desenvolvido para apoiar as cidades participantes do SC-IAP na abordagem dos desafios e oportunidades que enfrentam no seu crescimento, desenvolvimento e infraestruturas urbanos e auxiliar no 'processo de mudança' para uma trajetória sustentável. O GPSC apoia as cidades a ampliarem os seus esforços para cumprirem com os padrões, práticas e conhecimentos globais e para melhorarem o seu desempenho para um desenvolvimento resiliente de emissões baixas de carbono, inclusivo e sustentável.

Para terem sucesso, estas cidades necessitam de decisores governamentais locais e regionais e equipa técnica com diversos conjuntos novos de capacidades que sejam interdisciplinares e capazes de funcionar em todos os setores à escala local e regional.

Uma **Estratégia Urbana de Desenvolvimento de Emissões Baixas (Urban LEDES)** define um percurso para a transição de uma cidade para uma economia urbana de emissões baixas, resiliente, ecológica e inclusiva, através da integração em planos e processos de desenvolvimento urbano existentes.

O projeto Urban-LEDES aborda as emissões baixas e o desenvolvimento resiliente climático em áreas urbanas fornecendo orientação, ferramentas e assistência técnica. Adicionalmente, os governos locais são mobilizados para se comprometerem com o pacto Global dos Responsáveis pelo Clima e Energia (GCoM), e orientados para explorarem o acesso ao financiamento. Os especialistas estão a apoiar discussões de governação multinível entre todos os níveis de governos. O projeto proporciona uma plataforma eficaz de monitorização e de relatórios que disponibiliza um processo MRV integrado (Medição, Relatório e Verificação), vital para acompanhar o progresso e acelerar a ação climática nas cidades, país a país.

O projeto apoia mais de 60 cidades e 8 países: Brasil, Índia, Indonésia e África do Sul (na Fase I) e os países adicionados na Fase II: Bangladesh, Colômbia, Lao PDR e Ruanda. Adicionalmente a estes países, 16 cidades europeias agem cidades de origem e apoiam o intercâmbio e a cooperação entre pares.

O projeto Urban-LEDES II foi fundado pela Comissão Europeia e implementado pelo ICLEI - Local Governments for Sustainability (ICLEI) em parceria com o Programa de Habitação Humana das Nações Unidas (UN-Habitat).

Para mais informação, visite: <https://urban-leds.org/>



EDITOR

carbonn© Climate Center

ICLEI - Local Governments for Sustainability e.V.
Kaiser-Friedrich-Strasse 7 53113 Bonn, Germany

<https://iclei.org/>

AUTORES

Dr. Eszter Réka Mogyorósy, ICLEI World Secretariat
Chang Deng - Beck, ICLEI World Secretariat

COLABORADORES

Maryke van Staden, ICLEI World Secretariat
Evgenia Mitroliou, ICLEI World Secretariat
Rebecca Cameron, ICLEI Africa Secretariat

DESIGN

Olga Tokareva, ICLEI World Secretariat

DIREITOS DE AUTOR

(c) 2020 ICLEI - Local Governments for Sustainability e.V. Todos os direitos reservados. O ICLEI World Secretariat detém os direitos de autor desta publicação, incluindo textos, análises, logos e projetos de layout. pedidos para reproduzir ou citar o material parcial ou totalmente devem ser enviados para carbonn@iclei.org. O ICLEI incentiva a utilização e divulgação deste relatório e a permissão para reproduzir este material sem modificações será normalmente permitida gratuitamente para utilização não comercial.

CITAÇÃO

Esta publicação deve ser citada como: ICLEI - Local Governments for Sustainability, 2020. Estrutura do processo de decisão de financiamento climático. Bonn, Germany.

VOLTAR AO INÍCIO